

Trump em perspectiva histórica

DYLAN RILEY*

A maior parte das tentativas atuais de explicar a ascensão de Donald Trump compreende a questão de forma incorreta exatamente porque a lê através das lentes históricas dos fascismos do período de entreguerras. Mas a pergunta não é por que nossa política contemporânea se assemelha à dos anos 1930, mas por que não se assemelha. Compreender as forças que produziram o governo Trump, e seu caráter distintivo como um fenômeno da sociologia política, pode ajudar a esclarecer essa questão.

O governo Trump

O governo Trump é uma resposta política à gestão da crise financeira de 2008 levada a cabo pelo governo Obama. Injeções de trilhões de dólares para Wall Street e gestos envergonhados em relação aos despossuídos criaram uma bomba-relógio política já evidente nas eleições intercalares de 2010, quando os republicanos tomaram o Congresso. Em 2012, o Partido Democrata sofria uma hemorragia de suas cadeiras (Davis, 2013, p.36, 47). Uma nova esquerda norte-americana de fato surgiu em resposta à crise, mas era menor e mais fraca para causar impacto. O ataque político mais sério às políticas de Obama veio, conseqüentemente, da direita anarcocapitalista.

Trump lançou um ataque vigoroso às elites globalistas norte-americanas que haviam gasto bilhões de dólares ajudando outros países – particularmente a China –

* Professor de Sociologia da Universidade da Califórnia (Berkeley). Tradução de Giovanna Henrique Marcelino. Email: giovannahmarcelino@gmail.com. Revisão de Bruna Della Torre e Eduardo Altheman. E-mails: bru.dellatorre@gmail.com e eduardo.altheman@gmail.com

a ficarem ricos. Tarifas protecionistas, um muro na fronteira e um programa de infraestrutura tornariam a América grande novamente. Ele ganhou a indicação do Partido Republicano porque era diferente do resto. Na medida em que o nacionalismo econômico de Trump tem uma base popular, ela repousa sobre trabalhadores e sobre camadas da classe média que sofreram com a fuga de empregos e que temem a concorrência com a contratação de imigrantes ao invés de recebê-los como uma fonte barata de trabalho (Rothwell; Diego-Rossel, 2016). Na campanha eleitoral de 2016, a conquista de Trump foi combinar o eleitorado republicano principal – evangélicos; eleitores brancos, rurais e suburbanos relativamente ricos do Sul; uma seção da classe trabalhadora da região de Appalachia – com uma fatia dos eleitores flutuantes da classe trabalhadora no Alto Centro-Oeste.¹

Ainda mais surpreendente é o relacionamento hostil de Trump com grandes segmentos da classe dominante, em forte contraste com as boas relações que os líderes fascistas do período entre guerras mantinham com as grandes burguesias e os proprietários de terras de seus países. A Casa Branca, violando todas as “normas” da democracia norte-americana, atacou empresas específicas dos Estados Unidos – CNN, Amazon – com muito barulho e fúria. As elites empresariais norte-americanas estão divididas; não somente entre os interesses setoriais que competem pela generosidade do Estado em um contexto de estagnação estrutural – combustíveis fósseis *versus* nuclear, por exemplo, ou a defesa que as companhias de seguros de saúde fazem do subsídio conhecido como *Affordable Care Act* –, mas também por questões de maior importância no âmbito do livre-comércio global, de fluxos de capital e de protecionismo, dada a relação simbiótica, porém agonística, entre os EUA e a China em ascensão. O efeito do governo Trump foi o de exacerbar os profundos conflitos de interesse dentro da classe dominante, ao invés de tentar superá-los. Sua falta de qualquer conexão orgânica com a classe da qual ele faz parte pode ser vista na renúncia do ex-Goldman Gary Cohn como presidente do Conselho Econômico Nacional (Gelles; Kelly, 2018) devido à proposta do governo de tarifação de aço e alumínio e no colapso da “Iniciativa de Empregos no Setorial Industrial” [Manufacturing Jobs Initiative] de Trump (Gelles et al., 2017). Portanto, embora o mercado de ações pareça estar relativamente bem e os cortes fiscais e a desregulamentação sejam bem-vindos, há um desconforto dentro da classe capitalista norte-americana em relação a Trump. As relações com a *intelligentsia* e a mídia são ainda piores. Republicanos de alta linhagem como Karl Rove criticam abertamente seus constantes ataques às corporações de *fake news* e sua falta de apoio entre os mais instruídos.

As relações de Trump com a *intelligentsia* de segurança nacional e a burocracia imperial estão tensas. O presidente claramente vê com desprezo as escolas de Relações Internacionais e “sua” agência, o Departamento de Estado. A Casa Branca propôs inicialmente cortar o orçamento do Estado em 30% durante 2017

¹ A melhor análise sobre isso é a de Davis (2017).

(Toosi, 2018). Houve vários gritos de alarme desse setor devido à “queda vertiginosa na posição e influência dos Estados Unidos em todo o mundo” (Powers, 2018), com Trump acusado de ter “depreciado e dizimado” os serviços civis profissionais, principalmente o Departamento de Estado, a CIA e o FBI (Shattuck; Watson; McDole, 2018). Ele é o único presidente na história recente que pode tornar público quanto custam as missões dos EUA na Europa e na Ásia. Isso acarretou comentários indignados em todo o espectro político, condenando o presidente por não entender o papel vital que bases avançadas desempenham. De fato, o Departamento de Estado, com o apoio dos democratas, muitas vezes tem sido mais beligerante que o próprio Trump, forçando-o a adotar uma linha mais dura com a Rússia e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC).

No exterior, a posição declarada de Trump não é derrubar a ordem internacional, mas sim buscar uma atualização da primazia norte-americana dentro dela.

Há, portanto, uma continuidade muito maior nesse âmbito do que pode parecer à primeira vista. Trump aumentou o orçamento militar dos EUA e pediu uma modernização de seu arsenal nuclear, mas essas propostas dão sobretudo continuidade ao governo anterior. No comércio, é muito cedo para dizer o que é mero espetáculo para fins eleitorais – o NAFTA (Tratado de Livre-Comércio da América do Norte) repaginado e com nova marca: “promessa cumprida” – e o que é uma política intransigente. De modo ainda mais importante, a administração Trump está abarrotada de falcões (*China Hawks*), intensificando o “pivô para a Ásia” de Obama. No Oriente Médio, a Casa Branca se inclina para o lado direito do consenso bipartidário, dando continuidade ao apoio de Obama à guerra saudita no Iêmen, enquanto intensifica a pressão sobre Irã. Sucatear o Plano de Ação Conjunto Global (JCPA) é uma patada no seu antecessor, mas Obama também ameaçou Teerã ao dizer que “todas as opções estavam em cima da mesa”, travando uma guerra cibernética contra o regime e tentando estrangular sua economia.

Em casa, a política econômica resume-se à fórmula republicana padrão de cortes fiscais e desregulamentação. O gabinete de Trump também revela um lado convencional. Fiéis ao Partido Republicano ocupam os ministérios de Estado, Segurança Interna, Saúde e Serviços Humanos, Energia, Trabalho, Transporte, Interior, Agricultura, Assuntos de Veteranos, Agência de Proteção Ambiental (EPA), a Embaixada da ONU e o Escritório de Administração e Orçamento. A CIA está nas mãos de um veterano de trinta anos de carreira. O Tesouro está, como de costume, nas mãos de um cara do Goldman Sachs. A defesa está sob o controle de um general de carreira. Restam ainda três personagens interessantes: Carson na Habitação e Desenvolvimento Urbano, DeVos na Educação e Ross no Comércio. Esses três órgãos são os que se preocupam mais diretamente com o bem-estar da massa da população e, assim, são relativamente marginais em relação às preocupações centrais do capitalismo norte-americano. Os programas adotados aqui são igualmente conservadores: minam a Lei da Habitação Justa (Carson), apoiam faculdades com fins lucrativos e empréstimos escolares preda-

tórios (DeVos) e distorcem a contagem do censo (Ross). Trump é eleitoralmente dependente dos eleitores evangélicos do Partido Republicano e fez o possível para beneficiá-los na Suprema Corte: um programa que qualquer candidato republicano bem-sucedido teria perseguido.

Trump: patrimonialismo neobonapartista, não fascismo

O estilo de liderança de Trump é certamente desconcertante: sua insistência na lealdade pessoal, seu racismo, criminalidade e grosseria.² Se “fascismo” e “populismo” são categorias enganosas para entender esse governo, qual é a melhor abordagem conceitual? Proponho o conceito de patrimonialismo neobonapartista (PNB). Essa combinação indica dois aspectos interconectados do governo: a estrutura interna da equipe e uma relação de representação e legitimação de massa.

O conceito weberiano de patrimonialismo é útil para entender o estilo de governar de Trump em relação à sua equipe. No sentido original empregado por Weber, ele descreve uma relação entre o líder e o quadro de funcionários, na qual o líder fornece ao funcionário patrimonial o uso de um cargo [*Office*] como propriedade pessoal em troca do pagamento em espécie de uma taxa ou de quotas. No antigo Egito, na China, no baixo Império Romano e nos absolutismos do início da Europa moderna, esse sistema de governo conseguia organizar Estados inteiros. A tentativa de organizar ao menos uma parte significativa do Estado norte-americano nesse sentido enfrenta sérios obstáculos. No entanto, há um elemento patrimonial na concepção de cargo de Trump. Para ele, a lealdade ao cargo “não é um compromisso pessoal com tarefas impessoais que definem sua extensão e seu conteúdo, é, ao invés disso, a lealdade de um subordinado com base em um relacionamento estritamente pessoal” (Weber, 1978 [1922], p.1030-1031). Em suma, a relação entre líder e quadro de funcionários é familiar. São vínculos de lealdade puramente pessoal que vinculam a *Bohème* decadente de lumpen-milionários (Ross e Kushner dentro do governo, Thomas Barrack fora), e aproveitadores de todos os tipos (Miller, Whitaker) a Trump. A equipe de Trump é notoriamente carente de verdadeiros tecnocratas.

A eleição de Trump inseriu essa organização patrimonial como um corpo estranho em um Estado racional-legal maciço, criando, assim, problemas sérios de governo. Uma das questões é que a rede patrimonial de Trump é apenas muito pequena para prover as agências federais com funcionários que sejam minimamente competentes e que atendam ao padrão desejado de lealdade. Pouco menos de 40% das posições mais influentes no Gabinete Executivo do Presidente foram substituídas no primeiro ano de Trump no cargo: trata-se de percentual muito superior do que qualquer um dos Bush, de Obama ou de Clinton (Tenpas; Kamarck, 2018). Isso pode parecer uma estratégia republicana padrão para minar as agências;

² Para uma excelente descrição dos antecedentes criminais, ver Blumenthal (2017). Para uma defesa do comportamento de Trump no cargo, ver Kesler (2018).

mas é mais provável que decorra do relacionamento distante de Trump com o Partido Republicano e da pequenez de sua própria rede. Como um ex-funcionário da EPA [Environmental Protection Agency] do governo Bush apontou, mesmo a agenda desregulatória de Trump “será impossível de implementar [...] a menos que eles consigam alocar pessoas” (Davis; LaFraniere, 2017).

Um segundo problema e ainda mais sério é a resistência ao agregado doméstico patrimonial por parte do estado racional-legal. Os comentaristas costumam apresentar o conflito entre Trump e a burocracia como um conflito entre um presidente autoritário e portadores de “normas democráticas” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.99). Mas Comey (autor de um memorando que aprova 13 formas de tortura sob o governo Bush), Mueller (firme defensor da vigilância secreta em massa), Wray (que trabalhou sob o comando de Comey durante o período em que este fornecia justificativas legais para tortura) e Rosenstein (um acobertador assíduo) têm, na melhor das hipóteses, um compromisso duvidoso com a democracia, ou mesmo com a Constituição, entendida como uma abreviação para a proteção dos direitos individuais: muito mais óbvia é sua orientação para a legalidade no sentido estrito de regras escritas como base para ação legítima. Pois um funcionário burocrático, diferentemente de um companheiro de mesa patrimonial, vê suas atividades no cargo como o cumprimento de um dever *com o cargo* e não *com a pessoa*. Como colocado por Weber, para o funcionário racional-legal “a entrada em um cargo [...] é considerada uma aceitação de um dever específico de fidelidade ao propósito do cargo” (Weber, 1978, p.959). Assim, a ascensão de Trump à Casa Branca desencadeou uma luta titânica entre estruturas contrastantes de dominação. Esse conflito excruciante é um limite claro para o programa do governo.

A forma do carisma de Trump, em oposição ao seu conteúdo, é bonapartista. Uma semelhança básica de contextos políticos está por detrás desse impressionante ressurgimento das formas políticas do século XIX: a primeira edição do bonapartismo surgiu antes da consolidação dos partidos de massa; sua continuação, após seu fim. A organização do apoio de Trump, em todo o caso, é semelhante ao que Marx descreveu em *O 18 de Brumário*: uma série de indivíduos, cada um dos quais com um relacionamento particular com o presidente: o primeiro caso mediado pela lenda do tio, e o outro, pelo *Twitter* (Sartre, 2004, p.262).

O carisma (bonapartista ou não), no entanto, é uma forma inadequada de legitimação para uma organização patrimonial. O problema segue em duas direções. Primeiro, o patrimonialismo estável requer o desenvolvimento, no mínimo, de alguma segurança de estabilidade no cargo; mas a forma de carisma de Trump exige o oposto, uma constante agitação do quadro de funcionários para manter o interesse no *reality show*. O segundo problema deriva da falta de qualquer aparato apropriado para transmitir carisma. Tipicamente, o carisma é rotinizado por meio de uma igreja, organização de quadros ou exército revolucionário que transmite a aura carismática para o quadro de funcionários através de algum tipo de ideologia. Isso produz discípulos que podem espalhar a mensagem ideológica central para

fora e para baixo. Mas Trump não tem mecanismo para transferir seu carisma para seu quadro de funcionários e, portanto, carece de quaisquer discípulos verdadeiros. Bannon, que tentou desempenhar esse papel, foi rapidamente marginalizado porque Trump instintivamente entendeu que suas pretensões intelectuais eram uma ameaça à lealdade puramente pessoal. Jefferson Sessions, alguém mais próximo de um ideólogo dentro do gabinete, consiste noutro caso. O fanatismo anti-imigrante de Sessions está enraizado em uma teoria do desenvolvimento dos EUA ao longo dos últimos 90 anos mais ou menos. Segundo ele, as enormes desigualdades da Idade de Ouro eram uma expressão da imigração descontrolada do Sul e Leste da Europa. Com a aprovação da Lei das Origens Nacionais [National Origins Act] de 1924, a população europeia foi assimilada, tornando-se uma classe trabalhadora e uma classe média branca homogênea que constituiu a fundação sólida do poder mundial dos EUA e da tranquilidade doméstica ao longo do século XX (Serwer, 2017). É notável, então, que Trump expulsou precisamente esse funcionário do gabinete por causa de sua lealdade insuficiente, substituindo-o pelo infeliz e aparentemente “sem ideias” Matthew Whitaker.

O que os dois casos mostram é a ausência de qualquer meio através do qual o carisma pessoal de Trump possa ser transferido para seu quadro de funcionários. Assim, o governo Trump é um funcionalismo quase patrimonial, que carece de legitimação tradicional e uma estrutura carismática que carece de uma organização apropriada para transmitir a aura aos seus seguidores. Essas contradições duais se expressam na estranha combinação de lealdade pública servil, vazamento desenfreado e intrigas que caracteriza o círculo interno do governo.

O regime de Trump é, portanto, heteróclito. Não existe uma ideologia ou “causa” trumpiana com a qual os fiéis possam se comprometer. Afinal, o próprio histórico político do presidente está firmemente enraizado na máquina democrática de Nova York. Em vez disso, o regime pode ser melhor caracterizado como uma organização patrimonial travada em combate mortal com um Estado racional-legal circundante e combinado de maneira contraditória com uma forma de carisma neobonapartista: este é o patrimonialismo neobonapartista (PNB).

PNB, ao contrário do fascismo, é uma forma fraca de governo em dois aspectos. É incapaz de manter e criar um *esprit de corps* em meio aos seus funcionários. O regime destrói justamente os tipos de pessoas que poderiam conceder-lhe energia e coerência. Além disso, o PNB carece de um mecanismo organizacional para garantir o apoio político. O fato de Trump estar operando em um ambiente econômico extraordinariamente favorável, com níveis de desemprego historicamente baixos e a manipulação dos distritos eleitorais mascaram isso em algum nível. Mas, mesmo com essas vantagens incorporadas, as eleições intercalares mostraram um afastamento agudo em relação a Trump no crucial Alto Centro-Oeste, além de indicar fraqueza republicana no Arizona e no Texas (Silver, 2018) – a derrota, ainda improvável, do último estado garantiria virtualmente uma vitória presidencial democrata em 2020. De fato, é possível imaginar ao longo dos próximos ciclos

eleitorais um esvaziamento do poder republicano nas Assembleias Legislativas estaduais e Congresso, análogo ao que ocorreu durante os anos de Obama.

Enquanto o período entreguerras foi testemunha de um choque de perspectivas mundiais – os “ismos” – gerado por intensos conflitos interconectados entre classes e entre estados imperialistas, a época atual é um período de guerra de classes unilateral e geopolítica fundamentalmente pacífica no centro capitalista do mundo. As forças estruturantes que propiciaram às direitas insurgentes no período entreguerras coerência e energia assassinas desapareceram amplamente. Em seu lugar, há uma política de autoafirmação nacional, combinada com doses convencionais de desregulamentação e privatização. Por esse motivo, tentativas de descrever a direita contemporânea usando o modelo de “fascismo” ou “populismo” estão fadadas ao fracasso. Elas atribuem um *télos* e uma estratégia a um fenômeno que é a sua negação. Ao invés disso, o governo de Trump é melhor entendido como uma organização patrimonial incoerente inserida em um Estado racional-legal burocrático hostil. Essa nova forma surge dentro de uma ordem liberal corrompida, reduzida, nas palavras de Wolfgang Streeck, ao “Estado de direito e entretenimento público” (Streeck, 2017, p.5).

O fascismo do entreguerras cresceu a partir de uma feroz luta de classes vertical combinada com uma luta horizontal entre burguesias nacionais. Era altamente irracionalista e, portanto, diferia em estrutura das ideologias clássicas do século XIX; no entanto, o fascismo ainda fornecia algum tipo de resposta para a questão a respeito dos propósitos do Estado moderno. Nenhuma das linhas de força que moldou a síntese fascista estava operante após a crise financeira de 2008. As economias políticas contemporâneas são caracterizadas por endividamento maciço ao invés de desemprego em massa; os partidos são grupos oligárquicos ao invés de organizações de massa; a baixa pressão do contexto geopolítico, as orientações de classe e nacionais são o oposto do período entreguerras. Devido a essas diferenças econômicas, geopolíticas e políticas, a guinada contemporânea à direita, embora enraizada em uma crise da reprodução capitalista assim como no período entreguerras, não pode assumir a forma de fascismo. Qual é o significado político dessa diferença?

Consequências políticas do debate

Chamar o governo de Trump de “fascista” leva quase inexoravelmente à política de Frente Popular. A lógica pode ser vista mais claramente onde se resiste a ela. Assim, John Bellamy Foster, um defensor enérgico da tese de Trump como “neofascista”, rejeita esta conclusão, escrevendo: “a velha estratégia de Frente Popular da esquerda que se une ao liberalismo do *establishment* só é possível de forma limitada em certas áreas, tais como no combate às mudanças climáticas [...] ou nos esforços para proteger direitos políticos básicos”. Entre os direitos políticos mais importantes de se proteger estão “a separação de poderes e as liberdades constitucionais” (Woodward, 2018, p.54). Estes podem ser melhor defendidos,

de acordo com Bellamy Foster, pela construção de um poderoso movimento anticapitalista. Os instintos políticos de Bellamy Foster são louváveis, mas sua análise é ambígua em dois pontos centrais.

Em primeiro lugar, a razão pela qual o modelo de Frente Popular é inaplicável aos EUA contemporâneos é que o problema para o qual ele foi uma solução não existe: não há movimento fascista contra o qual lutar. A principal tarefa da esquerda consiste em formar suas próprias organizações políticas independentes. Uma aliança com os democratas neoliberais em algo além de uma base tática muito estreita tornará as tarefas cruciais de construção de partidos e formação de quadros ainda mais difíceis do que já são. A segunda ambiguidade da análise de Bellamy Foster é talvez ainda mais importante. É claro que a defesa dos direitos civis e políticos básicos deve estar entre os principais objetivos da esquerda norte-americana. Mas essa defesa deveria se estender à “separação de poderes” e à “Constituição”? Parece uma posição estranha. A separação de poderes, e particularmente a muito louvada independência do judiciário federal, é uma das características mais antidemocráticas do Estado dos EUA. A esquerda não deve ter participação na defesa dessa relíquia do *Ständestaat*. Pois o Estado americano tal qual configurado atualmente é um dos exemplos mais nítidos do que Luciano Canfora denomina de sistema misto: “um pouco de democracia e uma grande dose de oligarquia” (Canfora, 2006, p.216). Em resposta ao apelo da direita por uma nova convenção constitucional, que, em vez de ser recebida com horror, deve ser bem-vinda, a esquerda deve apresentar sua própria visão *política*: representação proporcional em distritos com múltiplos membros; uma câmara unitária diretamente eleita à qual o Executivo, o Banco Central e o Judiciário devem responder em última instância; a abolição do FBI, da CIA e do Departamento de “Segurança Interna”; uma nova carta de direitos fundamentais, entre os quais deveria constar alguma forma do artigo terceiro da Constituição italiana:

É tarefa da República remover quaisquer obstáculos de natureza econômica ou social que limitem factualmente a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impedindo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e a participação real de todos os trabalhadores na organização política econômica e social do país.

Trata-se de um momento, em suma, não de defensiva, mas de ofensiva: um momento que foi criado pelo próprio governo Trump.

Pois o que Trump pode anunciar não é fascismo, mas uma nova era na qual a política mais uma vez significa projetos concorrentes de transformação histórica. Isso ocorre porque, apesar de sua própria falta de coerência ideológica, ele mesmo politiza tudo, minando assim a ficção de consenso tecnocrático e comportamento atados às regras. Essa novidade é óbvia em várias áreas. Não há precedente real de seus ataques abertos ao Departamento de Justiça, aos tribunais e aos aparelhos de segurança, para sequer mencionar sua rejeição da ideia de que

certas políticas de longa data, especialmente em assuntos externos, são basicamente não políticas: filiação à Otan, Nafta e OMC, por exemplo. Da mesma forma, ele tem pouco tempo para a ideologia oficial da diversidade e do multiculturalismo apolíticos, visada pelos escritórios de RH e aplicada por meio de programas de treinamento *on-line* irracionais. Essa politização generalizada das instituições do Estado neoliberal pode ter consequências não intencionais. Isso já começou a aparecer nas eleições para o congresso de 2018, na qual Trump foi responsável por um resultado que nenhum presidente nos últimos 50 anos havia atingido – uma taxa de comparecimento de 49% em eleições intercalares.³ Nesse sentido básico, a ascensão de Trump não resultou na erosão da democracia norte-americana, mas agiu como uma injeção de adrenalina em um sistema moribundo.

Poderia a esquerda ter sucesso em transformar esse novo terreno a seu favor? Em três aspectos, o ambiente é hostil. Em primeiro lugar, o sistema eleitoral dos EUA continua sendo um dos menos democráticos no mundo capitalista avançado. Tribunais inimputáveis, executivo arbitrário e distritos manipulados paralisam os eleitores. O Senado agora opera cada vez mais como o *Bundesrat* na Alemanha Imperial. Quase 60 milhões de eleitores votaram nos candidatos democratas ao Senado nas eleições intercalares, contra aproximadamente 50 milhões nos republicanos, e ainda assim o Partido Republicano formou maioria nas duas casas e pôde manter o controle no futuro próximo (Edsall, 2018). O único ponto positivo aqui é que esses obstáculos estruturais são discutidos cada vez mais abertamente na grande imprensa pelo que eles significam: obstáculos à democracia.

O segundo problema diz respeito ao que poderia ser chamado de moderna “Questão Agrária”, a necessidade de estabelecer uma aliança entre forças potencialmente antissistêmicas tanto nas cidades, quanto nas áreas rurais. Apesar de seus ganhos relativamente expressivos na Câmara dos Deputados, os democratas não conquistaram um único assento nos distritos descritos como “puramente rurais” na classificação de densidade de bairro do City Lab. Seus ganhos estavam fortemente concentrados nos subúrbios (Skelley, 2018). Cada vez mais o Partido Democrata está se tornando uma coalizão de urbanos e suburbanos abastados e da classe trabalhadora negra e parda. Nas eleições intercalares, os democratas perderam por 33 pontos percentuais entre homens brancos sem formação universitária (Tyson, 2018). Existem algumas indicações de que uma política consistentemente de esquerda pode ser capaz de romper esse muro. As notáveis greves dos professores em West Virginia, Kentucky e Oklahoma, além de iniciativas bem-sucedidas de votação para a restauração dos direitos de voto dos criminosos na Flórida – sem dúvida, a vitória mais importante das eleições intercalares de 2018 – e para a ampliação do *Medicaid* em Idaho e Nebraska, apontam para a possibilidade de uma coalizão de esquerda que possa abranger a clivagem rural/urbana. Mas isso continua sendo uma tarefa difícil.

³ A última participação nesse nível foi em 1964. Em 2014, a participação foi de 36%.

Em terceiro lugar, a ala neoliberal do Partido Democrata permanece firme e, em alguns aspectos, as eleições intercalares reforçaram seu poder. É provável que Nancy Pelosi retorne como presidente da Câmara, embora possa enfrentar um concorrente de dentro de sua própria ala. Mas os democratas neoliberais realmente enfrentam um desafio vindo da esquerda. Em primeiro lugar, sua estratégia “moderada” sofreu derrotas constrangedoras em Indiana, Dakota do Norte e Missouri, enquanto candidatos mais radicais a governador da Geórgia e Flórida estavam perto o suficiente da vitória para forçar a recontagem das cédulas. Ao mesmo tempo, Sanders continua sendo o político mais popular do país e uma membra do DSA (Socialistas Democratas da América) agora estará na Câmara dos Deputados; mulheres e minorias sub-representadas assumirão posições de liderança em números sem precedentes. O surgimento de uma força anticapitalista significativa nos Estados Unidos continua sendo uma perspectiva distante, mas Trump deu a ela uma abertura nunca antes vista; se a esquerda será capaz de explorá-la, é o que resta saber.

O que está claro é que o PNB é uma forma política fraca e insuficiente para o capitalismo norte-americano. A *intelligentsia* nacional e estrangeira repudia seu líder, que negligentemente abriu para o debate político uma ampla gama de questões que haviam sido encapsuladas em um consenso tecnocrático por décadas (Nafta, OTAN, OMC, liderança do Banco Central e assim por diante). Este é o lado positivo de seu ataque ao “politicamente correto”. Três grandes resultados possíveis parecem estar em jogo, os quais podem ser listados do pior para o melhor. Primeiramente, Trump, ou alguma outra figura como ele, pode ter êxito em obter uma autoconsciência de seu papel histórico real; ele garantiria o apoio da classe trabalhadora branca por meio de um Estado de bem-estar social racialmente exclusivo, pago pelas tarifas e rendimentos de combustíveis fósseis. O segundo resultado, um pouco menos terrível, seria uma tentativa neoliberal democrata de uma versão mais apresentável do nacionalismo econômico de Trump; isso daria continuidade à repressão aos migrantes ilegais e ao apoio à indústria doméstica de combustíveis fósseis. O conselho vil de Hillary Clinton à “Europa” para reprimir a onda de imigração ilegal causada em grande medida pelas políticas criminais da própria Hillary no Oriente Médio é uma indicação disso. A terceira possibilidade é um *Green New Deal*, que crie emprego em massa e descarbonize a economia. Isso deveria estar ligado a formas de internacionalismo da classe trabalhadora que possam romper a configuração tóxica e paradoxal que deu ao regime de Trump ao menos algum apoio da classe trabalhadora. A hora é tardia e as apostas são altas; mas más analogias históricas não ajudarão a lidar com a crise atual.

Referências bibliográficas

BLUMENTHAL, Sidney. A short history of the Trump Family. *London Review of Books*, 16 fev. 2017.

BROMWICH, David. Act One, Scene One. *London Review of Books*, 16 fev. 2017.

- _____. American Breakdown, *London Review of Books*, 9 ago. 2018.
- CANFORA, Luciano. *Democracy in Europe: A History of an ideology*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2006.
- DAVIS, Julie Hirschfeld; LAFRANIERE, Sharon. Trump lets key offices gather dust amid slowest transition in decades. *New York Times*, 12 mar. 2017.
- DAVIS, Mike. The Last White Election. *New Left Review*, 79, jan.-fev. 2013.
- _____. The Great God Trump and the white working class. *Catalyst*, 1, 2017.
- EDSALL, Thomas. The polarizer in chief meets the midterms. *New York Times*, 8 nov. 2018.
- GELLES, David; KELLY, Kate. Gary Cohn's departure from White House has Wall Street worried. *New York Times*, 7 mar. 2018.
- GELLES, David; THOMAS JR., Landon; SORKIN, Andrew Ross; KELLY, Kate. Inside the CEO rebellion against Trump's Advisory Councils. *New York Times*, 16 ago. 2017.
- KESLER, Charles R. Breaking norms will renew democracy, not ruin it. *New York Times*, 23 ago. 2018.
- POWERS, Samantha. How Mike Pompeo could save the State Department. *New York Times*, 13 mar. 2018.
- LEVITSKY, Steven Levitsky; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018.
- ROTHWELL, Jonathan; DIEGO-ROSSEL, Pablo. Explaining nationalist political views: the case of Donald Trump. *SSRN*, 15 ago. 2016.
- SARTRE, Jean Paul. *Critique of Dialectical Reason: Volume I*. London: Verso, 2004.
- SERWER, Adam. Jeff Session's unqualified praise for a 1924 immigration law. *The Atlantic*, 10 jan. 2017.
- SHATTUCK, John; WATSON, Amanda; MCDOLE, Mathew. Trump's First Year: How Resilient is Liberal Democracy in the US?. *Carr Center for Human Rights Policy*, 2018.
- SILVER, Nate. Trump's base isn't enough. *FiveThirtyEight*, 20 nov. 2018.
- SKELLEY, Geoffrey. The suburbs – all kinds of suburbs – deliver the House to Democrats. *FiveThirtyEight*, 8 nov. 2018.
- STREECK, Wolfgang. *Buying Time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism*. London; New York: Verso, 2017.
- TENPAS, Kathryn Dunn; KAMARCK, Elaine. Tracking turnover in the Trump administration. *Brookings*, 7 nov. 2018.
- TOOSI, Nahal Toosi. Tillerson scales back State Department Restructuring Plan. *Politico*, 7 fev. 2018.
- TYSON, Alec. The 2018 Midterm vote: divisions by race, gender, education. *FactTank*, 8 nov. 2018.
- WEBER, Max. *Economy and Society: An outline of interpretive sociology*. Berkley, CA: U. California Press, 1978.
- WOODWARD, Bob. *Fear: Trump in the White-House*. Nova York: Simon; Schuster, 2018.

Resumo

Este artigo procura compreender as forças que produziram o governo de Donald Trump, e seu caráter distintivo como um fenômeno da sociologia política.

Para tanto, é proposto o conceito de patrimonialismo neobonapartista (PNB) para caracterizar o presidente estadunidense, analisando sua conflitante relação com as estruturas tradicionais de dominação da potência capitalista. Ao mesmo tempo, o artigo discute como o governo Trump não pode ser analisado pelas lentes históricas do fascismo do período do entreguerras.

Palavras-chave: Governo Trump; bonapartismo; patrimonialismo; fascismo.

Abstract

This article tries to understand the forces behind Donald Trump's Administration and examines them as a phenomenon of political sociology. In order to do so we propose the concept of neo-bonapartiste patrimonialism (NBP) to characterize the Unites States president by analyzing his conflictive relationship with the traditional structures of domination. At the same time, the article dismisses the possibility of analyzing the Trump administration through the mid 1930's concept of fascism.

Keywords: Trump Administration; patrimonialism; fascism.